



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados financeiros de 2015 da GOL refletem o cenário da economia brasileira desde o final de 2014, impactando a indústria aérea nacional. A GOL apresentou neste ano um prejuízo operacional de R\$183,8 milhões com margem negativa de 1,9%. Em 2015, o prejuízo líquido foi de R\$4.291,2 milhões – impactado, fundamentalmente, pela desvalorização do Real e do Bolívar venezuelano frente ao dólar americano e baixa de créditos fiscais diferidos e de imposto de renda. Os prejuízos acumulados refletem a variação cambial acumulada de R\$4.481,3 milhões dos cinco últimos anos, que levaram a GOL a registrar um patrimônio líquido negativo de R\$4.322,4 milhões. No último trimestre do ano, intensificamos a estratégia de racionalização de capacidade no mercado doméstico reduzindo em 3,7%. Para 2016, revisamos a projeção de oferta doméstica, sendo: (i) redução de 15 a 18% na disponibilidade de assentos, (ii) 15 a 18% menor em volume de decolagens - ante pelo menos 6%; e (iii) 5 a 8% a menos em ASK. Esta iniciativa tem como objetivo a adequação da Companhia ao patamar atual de demanda do mercado, além de mitigar o impacto inflacionário de 10,7% e cambial de 47,0% em 2015 em nossos resultados. Inserida neste ambiente adverso, encerramos o ano com aproximadamente R\$2,3 bilhões no caixa total - equivalente a 23,5% da receita acumulada dos últimos doze meses. Esta posição, já considera uma perda de R\$423,8 milhões nos recursos mantidos na Venezuela, após a conversão à taxa cambial (SIMAD) de BS200 por dólar, em consonância com a decisão da Companhia de suspender os voos para este país. Mantendo nossa estratégia de reforço de liquidez, realizamos em 2016 uma transação para venda antecipada de passagens no valor total de R\$1 bilhão para o Smiles – condicionado a medidas a serem tomadas pela GOL que incluem, e não limitadas a: (i) a venda de 5 aviões; (ii) a suspensão de 7 destinos operados; (iii) a alteração no calendário de entregas de novas aeronaves entre 2016 e 2017 de 15 para 1 e (iv) a redução de pelo menos 6% do volume de decolagens no ano. Em conformidade com o plano de negócios da Companhia, iniciamos um projeto com a assessoria financeira PJT e a assessoria para a revisão dos contratos de aeronaves, a Skyworks. Estas empresas foram contratadas para auxiliar na otimização da estrutura de capital e a revisão nas obrigações das aeronaves

em arrendamento operacional, que combinadas as demais iniciativas envolvendo todos os stakeholders da GOL, promovem o plano de reversão dos resultados atuais e a retomada do fluxo de caixa livre positivo. Paralelo as medidas anteriores e com o mesmo empenho de aprimorar a experiência do cliente e melhoria dos indicadores operacionais, alcançamos marcos importantes em 2015, como o volume de operações no mercado doméstico que totalizou 270.446 voos - o maior entre as aéreas brasileiras. Fomos também reconhecidos pela excelência no atendimento com o prêmio "Empresa Notável Consumidor Moderno" no segmento de "Companhias Aéreas", e mantivemos a liderança em pontualidade com um índice de 95,4% - o que representa 0,9 ponto percentual acima da média da indústria. Estes resultados reafirmam o nosso foco em excelência de serviços aos clientes. Conforme já anunciado em 2015, seremos a primeira aérea brasileira, da América do Sul e Central, a oferecer acesso wi-fi à internet e entretenimento completo durante o período de voo que poderá ser acessado através do dispositivo móvel, seja celular, tablet ou notebook. Teremos também em todos os nossos aviões, assentos renovados que receberão acabamento em couro ecológico, um item que tornará a sensação de conforto ainda maior nas nossas aeronaves. Para complementar a nova plataforma de conectividade e entretenimento, repositonamos a Classe Comfort que, a partir de agora, passará a ser chamada de Classe GOL Premium. Nossos passageiros de voos internacionais poderão usufruir de vantagens exclusivas que vão transformar todos os momentos da viagem – do check-in ao desembarque, em uma agradável experiência com ainda mais conforto e comodidade em todo o percurso. Com a confiança plena de estarmos construindo, mesmo neste período de turbulência, uma GOL ainda mais forte, robusta e eficiente, contamos com o empenho e esforço do nosso Time de Águias, a satisfação e fidelidade dos nossos Clientes e o suporte dos nossos investidores e parceiros.

Paulo Sérgio Kakinoff
Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Dados de tráfego - GOL	4T15	4T14	% Var.	2015	2014	% Var.
RPK GOL – Total	9.440	10.352	-8,8%	38.411	38.084	0,9%
RPK GOL - Dom.	8.415	9.181	-8,3%	33.903	33.730	0,5%
RPK GOL - Int.	1.025	1.171	-12,5%	4.509	4.354	3,6%
ASK GOL – Total	12.518	13.155	-4,8%	49.744	49.503	0,5%
ASK GOL - Dom.	11.071	11.497	-3,7%	43.450	43.373	0,2%
ASK GOL - Int.	1.447	1.657	-12,7%	6.294	6.130	2,7%
Taxa de ocupação GOL – Total	75,4%	78,7%	-3,3 p.p	77,2%	76,9%	0,3 p.p
Taxa de ocupação GOL - Dom.	76,0%	79,9%	-3,9 p.p	78,0%	77,8%	0,2 p.p
Taxa de ocupação GOL - Int.	70,8%	70,7%	0,1 p.p	71,6%	71,0%	0,6 p.p
Dados operacionais	4T15	4T14	% Var.	2015	2014	% Var.
Passageiros pagantes - Pax transp. ('000)	9.583,5	10.709,2	-10,5%	38.867,9	39.748,6	-2,2%
Média de utilização de aeronaves (horas/dia)	11,1	11,8	-5,7%	11,3	11,5	-1,5%
Decolagens	79.377	83.342	-4,8%	315.902	317.594	-0,5%
Distância média de voo (km)	933	932	0,0%	933	912	2,3%
Litros consumidos no período (mm)	391	409	-4,2%	1.551	1.538	0,8%
Funcionários no final do período	16.472	16.875	-2,4%	16.472	16.875	-2,4%
Frota média operacional	132	129	2,1%	129	126	2,3%
Dados Financeiros	4T15	4T14	% Var.	2015	2014	% Var.
YIELD líquido (cent. R\$)	24,64	23,58	4,5%	22,35	23,75	-5,9%
PRASK líquido (cent. R\$)	18,58	18,55	0,2%	17,26	18,27	-5,6%
RASK líquido (cent. R\$)	21,19	20,75	2,1%	19,66	20,33	-3,3%
CASK (cent. R\$)	21,94	19,45	12,8%	20,02	19,31	3,7%
CASK ex-combustível (cent. R\$)	14,99	11,92	25,8%	13,38	11,55	15,9%
Taxa de câmbio média¹	3,8441	2,5437	51,1%	3,3313	2,3533	41,6%
Taxa de câmbio no final do período¹	3,9048	2,6562	47,0%	3,9048	2,6562	47,0%
WTI (médio por barril, US\$)²	42,2	73,2	-42,4%	48,8	93,0	-47,5%
Preço/litro combustível (R\$)³	2,22	2,43	-8,3%	2,13	2,50	-14,8%
QAV - Golfo do México (média por litro, US\$)²	0,34	0,61	-44,6%	0,40	0,72	-44,0%

1. Fonte: Banco Central; 2. Fonte: Bloomberg; 3. Despesa com combustível/litros consumidos.

MERCADO DOMÉSTICO – GOL

A capacidade no mercado doméstico reduziu 3,7% no trimestre, permanecendo estável em 2015 e em linha com a projeção divulgada para 2015 de redução de -1% a estável.

A demanda doméstica recuou 8,3% no 4T15, levando a taxa de ocupação para 76,0%. Em 2015, frente a 2014, a demanda foi superior em 0,5%, com a taxa de ocupação registrando 78,0% - representando um aumento de 0,2 p.p.

A GOL transportou no mercado doméstico 9,1 milhões de passageiros no trimestre e 36,8 milhões de passageiros no acumulado do ano, o que representa uma queda de 10,6% e 2,4%, respectivamente e quando comparados com o mesmo período de 2014. A Companhia manteve-se como a aérea líder em transporte de passageiros no mercado doméstico brasileiro de aviação.

A GOL manteve-se em primeiro lugar no mercado de venda de passagens aéreas para o segmento corporativo no mercado doméstico brasileiro, com uma participação de 31,6% em 2015 - dados da Associação Brasileira de Agências de Viagem Corporativa (Abracorp).

MERCADO INTERNACIONAL - GOL

No mercado internacional, a oferta foi reduzida no 4T15 em 12,7%, enquanto no ano de 2015 foi superior em 2,7% – reflexo dos ajustes de malha ocorridos ao longo do ano. A demanda, por sua vez, apresentou queda no trimestre de 12,5%, registrando uma taxa de ocupação de 70,8%. Para o ano de 2015, a demanda no mercado internacional aumentou 3,6%, levando a taxa de ocupação para 71,6%, uma expansão de 0,6 p.p.

No trimestre, a GOL transportou 495,0 mil passageiros no mercado internacional, 8,4% abaixo de 2014. Para o ano de 2015, a Companhia transportou 2,1 milhões de passageiros, uma expansão de 0,6% comparada ao mesmo período de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	387.323	459.364	1.072.332	1.898.773
Aplicações financeiras	195.293	56.491	491.720	296.824
Caixa restrito	59.324	7	59.324	58.310
Contas a receber	-	-	462.620	352.284
Estoques	-	-	199.236	138.682
Impostos a recuperar	5.980	10.289	58.074	81.245
Despesas antecipadas	203	532	87.211	99.556
Direitos com operações de derivativos	-	-	1.766	18.846
Outros créditos e valores	35.609	34.353	29.283	41.678
	683.732	561.036	2.461.566	2.986.198
Não circulante				
Depósitos	31.281	26.706	1.020.074	793.508
Caixa restrito	23.459	22.014	676.080	273.240
Despesas antecipadas	-	-	10.075	18.247
Impostos a recuperar	17.283	19.392	73.385	70.334
Impostos diferidos	7.952	65.305	107.788	486.975
Outros créditos e valores	-	-	29.786	23.442
Créditos com empresas relacionadas	882.641	-	-	-
Investimentos	213.219	181.220	18.424	8.483
Imobilizado	982.819	861.687	4.256.614	3.602.034
Intangível	-	-	1.714.605	1.714.186
	2.158.654	1.229.102	7.906.831	6.990.449
Total	2.842.386	1.790.138	10.368.397	9.976.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita líquida				
Transporte de passageiros	-	-	8.583.388	9.045.831
Transporte de cargas e outros	-	-	1.194.619	1.020.383
	-	-	9.778.007	10.066.214
Custo dos serviços prestados	-	-	(8.260.357)	(8.147.202)
Lucro bruto	-	-	1.517.650	1.919.012
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	-	-	(1.041.041)	(877.140)
Despesas administrativas	(15.044)	(13.046)	(682.140)	(606.735)
Outras receitas operacionais, líquidas	25.695	72.295	25.695	72.295
	10.651	59.249	(1.697.486)	(1.411.580)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.321.762)	(913.622)	(3.941)	(2.490)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	(3.311.111)	(854.373)	(183.777)	504.942
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	26.212	12.269	332.567	407.716
Despesas financeiras	(291.082)	(259.182)	(1.328.891)	(1.429.131)
Variação cambial, líquida	(813.782)	(162.321)	(2.266.999)	(436.207)
	(1.078.652)	(409.234)	(3.263.323)	(1.457.622)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.389.763)	(1.263.607)	(3.447.100)	(952.680)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(11.031)	74	(196.140)	(120.784)
Diferidos	(60.089)	17.364	(648.000)	(43.817)
	(71.120)	17.438	(844.140)	(164.601)
Prejuízo líquido do exercício antes da participação de não controladores	(4.460.883)	(1.246.169)	(4.291.240)	(1.117.281)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(4.460.883)	(1.246.169)	(4.460.883)	(1.117.281)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	-	169.643	128.888
Prejuízo básico por ação ordinária	(0,422)	(0,128)	(0,422)	(0,128)
Prejuízo básico por ação preferencial	(14,764)	(4,482)	(14,764)	(4,482)
Prejuízo diluído por ação ordinária	(0,422)	(0,128)	(0,422)	(0,128)
Prejuízo diluído por ação preferencial	(14,752)	(4,477)	(14,752)	(4,477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	(4.460.883)	(1.246.169)	(4.291.240)	(1.117.281)
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado	-	-	-	-
Hedges de fluxo de caixa	(60.949)	(182.653)	(60.949)	(182.653)
Efeito fiscal	20.723	62.102	20.723	62.102
	(40.226)	(120.551)	(40.226)	(120.551)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(4.501.109)	(1.366.720)	(4.331.466)	(1.237.832)
Resultados abrangentes atribuídos aos:				
Acionistas controladores	(4.501.109)	(1.366.720)	(4.501.109)	(1.366.720)
Acionistas não controladores	-	-	169.643	128.888
A movimentação da conta de ajustes de avaliação patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são conforme seguem:				
	Controladora e Consolidado			
Hedges de fluxo de caixa		Efeito fiscal		Total dos outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(210.170)	71.457		(138.713)
Perdas realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado	66.253	(22.526)		43.727
Variação no valor justo	(127.201)	43.248		(83.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(271.118)	92.179		(178.939)
	Controladora e Consolidado			
Hedges de fluxo de caixa		Efeito fiscal		Total dos outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(27.517)	9.355		(18.162)
Perdas realizadas em instrumentos financeiros transferidos ao resultado	417.437	(141.929)		275.508
Variação no valor justo	(600.090)	204.031		(396.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(210.170)	71.457		(138.713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº 15. O valor de mercado estimado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, caso necessário. O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo: **Contratos de arrendamento:** em casos de contrato de arrendamento financeiro, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial. No início do prazo do arrendamento, a Companhia reconhece os arrendamentos financeiros como ativo e passivo pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo, reconhecido inicialmente, é mantido como financiamento. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato. **Gastos com reconfiguração de aeronaves:** A Companhia realiza adições relacionadas às provisões para reconfiguração de aeronaves, estimando os custos inerentes às devoluções, considerando as condições contratuais das aeronaves sob arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº 15. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual. **Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores:** os custos com grandes manutenções de motores incluem substituições de peças e mão de obra) são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do motor. Tais custos são capitalizados e depreciados até a próxima parada para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos motores, ou relacionados a outros componentes das aeronaves, são reconhecidos diretamente no resultado. **i) Intangíveis** - São ativos não monetários sem propriedade física, cujo valor contábil é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou, ainda, quando fortes evidências de alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperado. **Agio por expectativa de rentabilidade futura:** O valor do agio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa (VRG e Smiles). A Administração não reconhece o agio quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. **Qualquer ganho ou perda é mensurado o valor recuperável dos ativos. Direitos de operações em aeroportos:** foram adquiridos na compra da VRG e da Webjet e reconhecidos a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, em conjunto à unidade geradora de caixa VRG (malha aérea) quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data. **Software** os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware são capitalizados separadamente e amortizados em base linear pelo período do contrato. **j) Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O cálculo obedece às premissas estabelecidas pela legislação fiscal vigente. **Impostos diferidos:** são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão de mais provável. **Provisão para processos judiciais:** são reconhecidos quando o ato ou parte do ato tributário diferido venha a ser realizado. Imposto diferido relacionado a itens registrados diretamente no Patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas anualmente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. **k) Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la. **Provisão para devolução de aeronaves:** aeronaves com contrato de arrendamento operacional possuem obrigação contratual de devolver o equipamento em capacidade operacional pré-definida. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, pintura, etc., conforme cláusulas contratuais de devolução. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é feita na rubrica de "reconfiguração/benefícios de aeronaves" do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 15). Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa descontado com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva. **Provisão para devolução de motores:** são estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado, o valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação decorrente da operação. **Provisão para processos judiciais:** As provisões são constituídas e reavaliadas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis de acordo com a avaliação individual de cada processo, considerando o desembolso financeiro estimado. Se a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. **l) Reconhecimento de receita** - A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transferências a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida dos bilhetes que expirarão de acordo com a expectativa de **breakage**. O **breakage** consiste no cálculo estatístico, com base no histórico de bilhetes que expiram sem utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e, no entanto, não utilizaram. O reconhecimento de receita é baseado na perspectiva da consolidação o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de milhagem por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais são
reconhecidos quando o serviço é realizado. **m) Receita diferida e receita de milhas** - O Programa Smiles tem o objetivo VRG, pela qual seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros. **n) Remuneração baseada em ações** - **Opções de compra de ações:** O impacto de compra de opção de compra concedidas aos executivos é estimado na data da concessão utilizando o modelo de precificação **Black-Scholes** e a despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas com correspondente aumento do patrimônio líquido. **Opções de venda de ações:** O impacto de venda de opção de venda realiza o término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá através de ações mantidas em tesouraria, cujo valor por ação é determinado pela cotação de mercado na data da transferência ao beneficiário. Ganhos relativos às diferenças do valor justo da ação na data da concessão e o valor na data da transferência das ações restritas são contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de "Agio na conferência de ações". O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido. **o) Informações por segmento** - A Companhia possui os seguintes segmentos: **Segmento de transporte aéreo** - O Programa Smiles tem o objetivo VRG, pela prestação de serviços de transporte aéreo e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, de excessos de bagagem e de multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente relacionados a serviços de transporte aéreo. **Segmento de programa de fidelidade:** as operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de prêmios e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa. **p) Transações em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio em vigor em que as operações ocorrerem. Ativos monetários e passivos em moeda estrangeira são avaliados com base na taxa de câmbio da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial, líquida" na demonstração de resultado do exercício. **q) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")** - Tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis segundo as normas contábeis aplicáveis no CPC nº 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas no processo de elaboração das demonstrações financeiras requeridas, em várias vezes, foram as seguintes: **1) Estimativas contábeis** - As informações que podem afetar a aplicação de políticas e montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas realizadas, uma vez que abrangem experiências históricas e diversos fatores que se supõem adequados em função das circunstâncias. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no mesmo exercício em que as premissas são revistas em uma base prospectiva. As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão discutidas abaixo: **Recuperabilidade de ativos financeiros:** a Companhia avalia se existe algum indicador para perda do valor recuperável de todos seus ativos financeiros, incluindo os títulos de renda fixa, quando existirem fatos ou circunstâncias que possam indicar a perda de valor recuperável de um ou restrições para a utilização de ativos financeiros pertencentes à Companhia são indicativos para o teste de recuperabilidade. **Recuperabilidade de ativos não financeiros:** ao fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicadores de não recuperabilidade para os ativos não financeiros, principalmente imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis são determinados pelo cálculo de seu valor em uso com base em um período de cinco anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado. Quaisquer reconsiderações abaixo no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 16. **Imposto de renda:** a Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis, mas reconhece que as autoridades podem questionar suas posições e, portanto, a Companhia pode precisar ajustar suas posições e, portanto, a Companhia pode reconhecer uma provisão para o provável e considerável julgamento da Administração, que são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas. **Breakage:** como parte do processo de reconhecimento de receita, as passagens emitidas que não serão utilizadas e as milhas emitidas que não serão resgatadas são estimadas e reconhecidas como receita durante o prazo de vencimento do direito a uso do cliente. Essas estimativas, referidas como **breakage**, são revisadas anualmente e são baseadas em dados históricos de passagens vendidas e milhas expiradas. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** é constituída em função do balanço e da expectativa de recuperação de créditos. **Provisão para processos judiciais:** são reconhecidas periodicamente sua carteira de recebíveis e, com base em dados históricos combinados com análises de risco por cliente, realiza o registro da provisão de títulos com baixa expectativa de realização. **Provisão para processos judiciais:** a constituição da provisão inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. Adicionalmente, as provisões são revisadas periodicamente e Administração acredita que os registros realizados são condizentes com a probabilidade de perda de tais processos. Entretanto, alterações significativas em decisões judiciais podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Provisão para devolução de aeronaves:** a Companhia constitui provisão para devolução de aeronaves e motores. O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - a)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015.
A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação,
incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações
retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data
de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderão afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.3. Normas contábeis e interpretações de normas - b)** Emitidas pelo IASB, não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros", que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 em suas aplicações e em 1º de janeiro de 2019 em suas aplicações retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de provisões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 Receitas de contratos com clientes:** Estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. **IFRS 16 Arrendamentos:** O custo incorrido em função da sua devolução é estimado com base no custo estatístico, com base no histórico de devolução de **ativos não financeiros:** são calculadas com base na estimativa correspondente à obrigação contratual para a devolução de cada motor e registradas no resultado do exercício somente no intervalo entre a última manutenção e a data de devolução dos componentes. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O valor justo é determinado com base em informações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mud

Adicionalmente, a Controladora possui mútuos entre as entidades Gol Luxco, Finance e GAC, conforme resumo a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
GAC com GLAI	3.514	2.390	151.240	102.880
GAC com Gol Finance	-	-	1.297.931	894.712
Gol Luxco com GAC	1.418.629	598.909	-	-
Gol Luxco com Finance	795.232	526.791	880.438	598.909
	2.217.375	1.128.089	2.329.609	1.596.500

Tais operações são eliminadas na Controladora, uma vez que estas transações foram realizadas nas entidades no exterior consideradas como extensões das operações da Companhia, conforme nota explicativa 2.2.a.

11.2. Serviços de transportes e de consultoria - Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria são mantidos pela controlada VRG. As empresas ligadas a esses serviços são: **Breda Transportes e Serviços S.A.**: Prestação de serviços de transporte entre aeroportos de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores. Os preços podem ser reajustados a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes e com correção anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"). O contrato tem vigência até 31 de janeiro de 2016. **Expresso União Ltda.**: Prestação de serviços de transporte de colaboradores, com vigência até 01 de agosto de 2016. **Serviços Gráficos S.A.**: Prestação de serviços gráficos. O contrato vigorou até 01 de julho de 2015. **Pax Participações S.A.**: Serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência até 30 de abril de 2015. **Vaud Participações S.A.**: Prestação de serviços de administração e gestão executiva, com vigência até 01 de outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 a controlada VRG reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$16.106 (R\$13.319 em 31 de dezembro de 2014). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$2.085 (R\$3.286 em 31 de dezembro de 2014), e refere-se substancialmente a transações junto à Breda Transportes e Serviços S.A. **11.3. Contratos de abertura de conta UATP ("Universal Air Transportation Plan") com concessão de limite de crédito** - Em setembro de 2011, a controlada VRG firmou contratos com as partes relacionadas Pássaro Azul Taxi Aéreo Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., ambos em vigor por prazo indeterminado, com a finalidade de emitir créditos de R\$20 e R\$40, respectivamente, para utilização no sistema UATP ("Universal Air Transportation Plan"). A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

11.4. Contrato de financiamento de manutenção de motores - A controlada VRG possui uma linha de financiamento de serviços de manutenção de motores, cuja captação ocorre através da emissão de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas"). Em 31 de dezembro de 2015, a VRG possui duas séries de Notas Garantidas para esta finalidade, emitidas em 14 de fevereiro de 2014 e 13 de março de 2015, cujos vencimentos serão em três anos. A Delta Air Lines é a guardadora destas Notas Garantidas. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do financiamento de manutenção de motores registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos" era de R\$136.885 (R\$67.779 em 31 de dezembro de 2014), conforme detalhado na nota explicativa nº 17. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas com manutenção de motores realizadas junto à oficina da Delta Air Lines foram de R\$307.658 (R\$115.653 em 31 de dezembro de 2014). **11.5. Emissão de crédito com garantia fidejussória (Term Loan)** - Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol LuxCo, emitiu uma dívida no valor de US\$300.000 através do banco Morgan Stanley, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,5%, a.a. A Companhia contou com a garantia fidejussória adicional ("Backstop Guaranty") concedida pela Delta Air Lines. Para maiores informações, vide notas explicativas nº 5 e nº 17.2. **11.6. Contrato de parceria comercial estratégica** - Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica para cooperação comercial de longo prazo junto à AirFrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias nos mercados brasileiro e europeu. O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R\$112.152, cujo pagamento foi dividido em três parcelas: a primeira parcela, no valor de R\$74.506 foi recebida em junho de 2014, a segunda no valor de R\$17.679 foi recebida em junho de 2015 e a terceira parcela no valor de R\$29.286, será recebida em junho de 2016, sendo estes valores atualizados pela taxa de câmbio corrente. O contrato possui prazo de 5 anos, período pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R\$28.130 e R\$48.599 classificadas como "Outras obrigações" no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$22.430 e R\$71.030 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

11.7. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2015	2014
Salários e benefícios	27.605	28.976
Encargos sociais	5.352	4.388
Remuneração baseada em ações	10.469	4.363
	43.426	37.727

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou para os demais colaboradores.

12. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional à seus administradores: o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opções") e o Plano de Ações Restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos e fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo. **GLAI - a) Plano de opção de compra de ações** - Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA.

Plano de Opção de Compra de Ações

Ano de opção	Reunião do Conselho de Administração	Total opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço médio de exercício (em Reais)	Valor justo médio na data de concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2006	02/01/2006	99.816	13.220	47,30	51,68	39,87%	0,93%	18,00%	1
2007	31/12/2006	113.379	14.962	65,85	46,61	46,54%	0,98%	13,19%	2
2008	20/12/2007	190.296	41.749	45,46	29,27	40,95%	0,86%	11,19%	3
2009 (a)	04/02/2009	1.142.473	20.414	10,52	8,53	76,91%	-	12,66%	4
2010 (b)	02/02/2010	2.774.640	1.097.811	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	5
2011	20/12/2010	2.722.444	947.172	27,83	16,07 (c)	44,55%	0,47%	10,25%	6
2012	19/10/2012	778.912	501.819	12,71	5,32 (d)	52,25%	2,26%	9,00%	7
2013	13/05/2013	802.296	572.616	12,86	6,54 (e)	46,91%	2,00%	7,50%	8
2014	12/08/2014	653.130	529.487	11,31	7,96 (f)	52,66%	3,27%	11,00%	9
2015	11/08/2015	1.930.844	1.620.230	9,35	3,37 (g)	55,57%	5,06%	13,25%	10
		11.208.230	5.359.460	16,35					7,55

- a) Em abril de 2010 foram outorgadas 216.673 ações em complemento ao plano de 2009.
- b) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.
- c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).
- d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).
- e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).
- f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).
- g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,60, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

A movimentação total das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	3.861.742	19,44
Opções concedidas	1.930.844	9,35
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(403.126)	19,19
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	5.359.460	16,35

Quantidade de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2014	3.235.562	20,93
31 de dezembro de 2015	4.079.448	18,43

b) **Plano de ações restritas** - O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Plano de ações restritas

Ano da ação	Reunião do Conselho de Administração	Total de ações outorgadas	Ações em concessão	Valor justo médio na data da (em Reais)
2012	13/11/2012	589.304	-	9,70
2013	13/05/2013	712.632	432.373	12,76
2014	13/08/2014	804.073	575.035	11,31
2015	30/04/2015	1.207.037	1.011.765	9,35
		3.313.046	2.009.193	

A movimentação total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Total de ações restritas	Preço médio ponderado de exercício
Ações restritas outorgadas até 31 de dezembro de 2014	1.559.335	-
Outorgas realizadas	1.207.037	-
Ações transferidas (*)	(463.199)	-
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(293.980)	-
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2015	2.009.193	

(*) O valor correspondente às ações transferidas é de R\$4.153.

Smiles - Plano de opção de compra de ações

Plano de Opção de Compra de Ações

Ano de opção	Reunião do Conselho de Administração	Total opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço médio de exercício (em Reais)	Valor justo médio na data de concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Duração de opção (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	136.868	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	10
2014	04/02/2014	1.150.000	648.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	10
		2.208.043	789.918						

(a) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,84 e R\$4,20 para os exercícios de *vesting* de 2013 e 2014, e R\$3,73 para os períodos de *vesting* de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em Reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os exercícios de *vesting* de 2014 a 2018.

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	1.347.926	28,75
Opções exercidas	(561.008)	14,56
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	786.918	29,59

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações no montante de R\$13.516 atribuído aos acionistas controladores e R\$836 aos acionistas não controladores (R\$9.084 atribuído aos acionistas controladores e R\$1.254 aos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado como custo de pessoal.

13. Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Gol Finance e Gol LuxCo foram considerados na essência uma extensão da Companhia e são somadas linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles, a VRG e a Gol Dominicana são equiparadas como investimentos na Controladora GLAI. O saldo de investimentos no consolidado é decorrente da parcela de 21,2% do capital da Netpoints Fidelidade S.A. detido pela subsidiária Smiles, juntamente com o investimento na SCP Trip, detido pela subsidiária VRG, ambos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2015:	Controladora			Consolidado		
	Gol Dominicana	VRG	Smiles	Total	Trip	Netpoints
Quantidade total de ações	-	4.619.138.156	123.070.277	-	-	60.492.408
Capital social	9.422	3.911.083	146.164	-	1.318	63.451
Percentual de participação	100,0%	100,0%	54,1%	-	60,0%	21,2%
Patrimônio líquido total	(1.115)	(3.002.599)	487.940	-	4.636	2.159
Lucros não realizados (a)	-	(50.599)	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(1.115)	(3.002.599)	213.219	-	2.781	459
Resultado líquido do exercício	(5.471)	(3.493.677)	369.922	-	3.318	(28.278)
Lucros não realizados (a)	-	(22.893)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício ajustado	(5.471)	(3.493.677)	177.386	-	1.991	(5.932)
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.197	(12.796)	192.819	181.220	2.092	6.391
Resultado de equivalência patrimonial	(5.471)	(3.493.677)	177.386	(3.321.762)	1.991	(5.932)
Variação cambial provenientes de controladas no exterior	(38)	(195)	-	(233)	-	-
Resultados não realizados de <i>hedge</i> , líquido de impostos	-	(40.226)	-	(40.226)	-	-
Efeitos por alteração de participação societária	-	-	3.216	3.216	-	-
Aumento de capital	3.197	567.700	-	570.897	-	-
Dividendos	-	-	(144.998)	(144.998)	(1.302)	(1.302)
Juros sobre capital próprio	-	-	(16.191)	(16.191)	-	-
Ágio em aquisição de investimento	-	-	-	-	15.184	15.184
Remuneração baseada em ações	-	-	987	987	-	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	-	(6.493)	-	(6.493)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(1.115)	(2.965.687)	213.219	(2.773.583)	2.781	15.643

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passageiros aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela VRG.

(b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido de lucros não realizados.

(c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela VRG. Dessa forma, o saldo líquido é da essência parte do investimento líquido da controladora na VRG. O saldo líquido a ser diferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$16.913 (R\$23.406 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº28.2.

14. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e direito de receber dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, sendo ela a opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº12. No entanto, em razão do prejuízo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não são considerados na quantidade total de ações em circulação.

	Controladora e Consolidado		2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Numerador				
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(2.123.945)	(2.336.938)	(644.841)	(601.328)
Denominador				
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	5.035.037	158.285	5.035.037	134.151
Efeito dos títulos dilutivos - Smiles (a)	118	129	172	162
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões resumidas diluída (em milhares)	5.035.155	158.414	5.035.209	134.313
Prejuízo líquido por ação (b)	(0,422)	(14,764)	(0,128)	(4,482)
Prejuízo diluído por ação (b)	(0,422)	(14,765)	(0,128)	(4,477)

(a) A Smiles possui outorgas de opções de compra de ações em favor seus colaboradores. Estes instrumentos patrimoniais possuem efeito dilutivo no resultado por ação impactando, portanto, a média ponderada de ações em circulação da Companhia, conforme determinado no pronunciamento técnico CPC nº 41 (IAS 33).

(b) A média ponderada considera o desdobramento de uma ação ordinária para 35 ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 23 de março de 2015, em conformidade com o CPC 41 (IAS 33). O resultado por ação apresentado reflete o poder econômico de cada classe de ação.

15. Imobilizado

Controladora: O saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves referente-se aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 15 aeronaves 737-800 Next Generation (21 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) e 109 aeronaves 737-MAX (109 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) no valor de R\$555.519 (R\$434.387 em 31 de dezembro de 2014) e ao direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$427.300 (R\$427.300 em 31 de dezembro de 2014), ambos realizados pela controlada GAC.

Consolidado

	2015		2014	
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Equipamentos de voo				
Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	4%	3.174.259	(1.092.286)	2.081.973
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	1.234.945	(411.070)	823.875
Reconfigurações/beneficiários de aeronaves	30%	1.486.249	(875.181)	611.068
Equipamentos de aeronaves e de segurança	20%	1.075	(352)	723
Ferramentas	10%	26.428	(13.592)	12.834
		5.922.954	(2.392.481)	3.530.473
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	-	(28.904)	-	(28.904)
		5.894.050	(2.392.481)	3.501.569

Imobilizado de uso

Veículos	20%	10.999	(9.174)	1.825</
----------	-----	--------	---------	---------

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo U.S. Ex-Im Bank corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%. A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor. A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, a frota total era composta de 144 aeronaves, dentre as quais 98 eram arrendamentos mercantis operacionais e 46 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 40 aeronaves sob arrendamento financeiro que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu 9 aeronaves e efetuou a devolução de 6 aeronaves sob contrato de arrendamento operacional.

28.1. Arrendamentos mercantis operacionais - Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis e denominados em dólar e estão demonstradas como segue:

	2015	2014
2015	-	785.052
2016	1.270.284	697.744
2017	1.127.820	632.899
2018	1.001.212	539.329
2019	904.590	482.752
2020 em diante	3.445.126	1.657.034
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	7.749.032	4.794.810

28.2. Transações com sale-leaseback - A Companhia, durante os anos de 2006 a 2009, apurou ganhos e perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua controlada GAC de aeronaves *737-800 Next Generation*. Tais ganhos e perdas foram diferidos e são amortizados proporcionalmente aos pagamentos dos arrendamentos pelo prazo contratual de 120 meses. Os valores registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão a seguir:

	Despesas antecipadas		Outras obrigações	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	2015	2014	2015	2014
Perdas diferidas (*)	8.171	8.280	-	-
Ganhos diferidos (**)	-	10.075	1.334	1.783
				1.337

(*) Referem-se a 11 aeronaves de transações realizadas de 2006 a 2009. (**) Referem-se a 2 aeronaves realizadas em 2006.

Adicionalmente, a Companhia apurou um ganho líquido de R\$32.191 decorrente de 6 aeronaves recebidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (ganho de R\$81.224 relativo a 9 aeronaves em 31 de dezembro de 2014) de transações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamentos operacionais. Tendo em vista que os ganhos e as perdas não serão compensados com pagamentos futuros do contrato de arrendamento e foram negociados de acordo com o valor justo das aeronaves, tais ganhos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros. A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Riscos em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de cobrir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros. A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatório aos objetivos propostos. As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados ao custo amortizado (c)	
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	737.343	1.796.605	334.989	102.168
Aplicações financeiras (a)	227.628	287.148	264.092	9.676
Caixa restrito	735.404	273.247	59.324	58.303
Direitos com operações de derivativos	1.766	18.846	-	-
Contas a receber	-	-	462.620	352.284
Depósitos (b)	-	-	690.828	526.822
Outros créditos	-	-	59.069	65.120
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.304.926	6.235.239
Fornecedores	-	-	900.682	686.151
Obrigações com operações de derivativos (b)	141.443	85.366	-	-

(a) A Companhia gerencia parte de suas aplicações financeiras como mantidas para negociação imediata, a fim de suprir necessidades de caixa de curto prazo.

(b) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº 10.
(c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpetuo e Sênior Notes, conforme divulgado na nota explicativa nº 17. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

	balanço patrimonial:		Taxa de juros		Total	
	Combustível	Moeda estrangeira	2015	2014	2015	2014
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2014 (*)	19	15.134	(81.673)	(66.520)		
Variações no valor justo:						
Ganhos reconhecidos em resultado (A)	492	102.696	72	103.260		
Perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(30.712)	-	(96.489)	(127.201)		
Pagamentos durante o exercício	30.201	(116.064)	36.647	(49.216)		
Ativo (passivo) em 31 de dezembro de 2015 (*)	-	1.766	(141.443)	(139.677)		
Movimentação de outros resultados abrangentes						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	168	-	(138.881)	(138.713)		
Ajustes de valor justo durante o período	(30.712)	-	(96.489)	(127.201)		
Reversões líquidas para o resultado (B)	30.456	-	35.797	66.253		
Efeito fiscal	88	-	20.631	20.719		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	(178.942)	(178.942)		
Efeitos no resultado (A+B)	(29.964)	102.696	(35.725)	37.007		
Reconhecidos em resultado operacional	-	-	(13.150)	(13.150)		
Reconhecidos em resultado financeiro	(29.964)	102.696	(22.575)	50.157		

(*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigações com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo. A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa a taxa de juros, e os derivativos de câmbio e combustível como *hedge* econômico. Os *hedges* de fluxo de caixa estão programado para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2020 em diante
Expectativa de realização	(10.632)	(16.607)	(10.379)	(10.664)	(9.872)	(126.784)

A Companhia detém depósitos de margem de hedge em garantia para as operações de derivativos conforme nota explicativa nº 5.

a) Riscos de mercado - i. Combustível - O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos referenciados principalmente a petróleo cru (*WTI e Brent*) e, eventualmente, aos seus derivados (*Heating Oil*). Também são contratadas junto ao fornecedor local entregas futuras de combustível a preços pré-determinados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu uma perda com operações de *hedges* de combustível no valor de R\$29.964 (R\$370.196 em 2014). ii. Câmbio - O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos em dólar norte-americano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu um ganho com *hedges* de câmbio no valor de R\$102.969 (perda de R\$24.722 em 31 de dezembro de 2014). A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	565.184	457.902	971.986	954.227
Contas a receber	-	-	57.104	35.095
Depósitos	-	-	690.827	526.822
Despesa antecipada com arrendamentos	-	-	-	44.093
Resultado com operações de <i>hedge</i>	-	-	1.766	18.846
Outros	36	4.202	4.202	9.572
Total do ativo	565.220	457.902	1.725.885	1.588.655
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	34	-	113.280	69.733
Empréstimos e financiamentos	4.366.380	2.154.828	5.033.900	2.445.291
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	2.994.094	2.224.679
Outros arrendamentos mercantis a pagar	-	-	179.030	56.837
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	725.176	361.651
Provisão para processos judiciais	-	-	-	227
Obrigações com empresas relacionadas	27.237	151.408	-	-
Total do passivo	4.393.651	2.306.236	9.045.480	5.158.418
Exposição cambial em R\$	3.828.431	1.848.334	7.319.595	3.569.763
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	7.749.032	4.794.810
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	58.886.473	39.441.845	58.886.473	39.441.845
Total da exposição cambial R\$	62.714.904	41.290.179	66.635.505	44.236.655
Total da exposição cambial US\$	16.060.977	15.544.831	18.939.536	17.998.049
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	3,9048	2,6562	3,9048	2,6562

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMITÊ DE AUDITORIA
<p>Paulo Sérgio Kakinoff Diretor Presidente - CEO</p> <p>Edmar Prado Lopes Neto Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores - CFO</p> <p>Valdenise dos Santos Menezes Controller</p> <p>Monica Gomide Mendes - Contadora - CRC 1SP251629/O-3</p>	<p>Constantino de Oliveira Junior Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Henrique Constantino Vice-presidente do Conselho</p> <p>Joaquim Constantino Neto Conselheiro</p> <p>Ricardo Constantino Conselheiro</p>	<p>Richard Freeman Lark Junior Conselheiro Independente</p> <p>Edward Herman Bastian Kaufmann Conselheiro Independente</p> <p>Antonio Kandir Conselheiro Independente</p>

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

Informações Gerais e Atribuições

O CAE é um órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes ("Companhia"). É composto por três membros independentes que integram o Conselho de Administração, um deles Especialista Financeiro, indicados pelos Conselheiros anualmente. O CAE tem como principais funções, nos termos do seu regimento interno: supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios e demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, políticas e procedimentos de controles internos e as atividades dos auditores internos. Também supervisiona os trabalhos dos auditores independentes, incluindo a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados, além de eventuais divergências de opiniões com a administração. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado brasileiro de valores mobiliários (CVM), além de desempenhar a função de *Audit Committee*, atendendo ao disposto na Sarbanes Oxley Act, a qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *Security Exchange Commission* – SEC. As transações com as partes relacionadas e o funcionamento do canal de denúncias instalado também são supervisionadas pelo CAE.

Atividades do CAE no exercício de 2015

Para as discussões pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CAE reuniu-se nove vezes e, no âmbito de seu escopo, realizou as seguintes atividades: I. O coordenador do CAE estabeleceu as pautas e presidiu as reuniões do CAE; II. Análise do plano anual de trabalho e discussão dos resultados das atividades desempenhadas pelos auditores independentes referentes ao exercício de 2015; III. Supervisão nas atividades e o desempenho da Auditoria Interna da Companhia, analisando o plano anual de trabalho, discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas. Os assuntos levantados pela Auditoria Interna sobre melhorias no ambiente de controles internos são discutidos com os gestores/ diretores responsáveis com o objetivo de serem implementadas melhorias contínuas. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) a integridade das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; IV. Supervisionou os contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador, de outro lado, para verificar adequação às políticas e controles da Companhia com relação às operações com partes relacionadas, não tendo sido observadas inadequações; V. Revisou a aderência das transações com as partes relacionadas da Companhia, em conjunto com a administração e a auditoria interna; VI. Reuniu-se com os auditores independentes, Ernst & Young, tendo sido tratados, dentre outros, os seguintes temas: o

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Paulo Sérgio Kakinoff - Diretor Presidente

São Paulo, 28 de março de 2016.

Edmar Prado Lopes Neto - Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER EMITIDO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Paulo Sérgio Kakinoff - Diretor Presidente

São Paulo, 28 de março de 2016.

Edmar Prado Lopes Neto - Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

iii. Taxa de juros - A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedges* de juros no valor de R\$35.725 (R\$61.505 em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*.
b) Riscos de crédito - O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, sendo o último composto por valores a vencer de operadoras de cartões de crédito, agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, o que deixa a Companhia exposta a uma pequena parcela do risco de crédito de pessoas físicas e demais entidades. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (BM&FBOVESPA e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os ativos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.
c) Riscos de liquidez - A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. Há incertezas acerca da solvência da Companhia, e as medidas para mitigação destas encontram-se apresentadas na nota explicativa nº1.1. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento. O cronograma de vencimento dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Imediato	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	148.488	188.176	1.059.959	3.110.282	4.798.021	9.304.926
Fornecedores	460.235	336.889	103.558	-	-	900.682
Obrigações trabalhistas	96.037	89.710	64.888	-	-	250.635
Obrigações fiscais	-	118.957	-	39.054	-	158.011
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	313.656	-	-	-	313.656
Obrigações com operações de derivativos	-	141.443	-	-	-	141.443
Provisões	-	33.710	172.998	220.754	442.811	870.273
Outras obrigações	48.145	107.227	67.402	48.483	22.827	294.084
Em 31 de dezembro de 2015	752.905	1.329.768	1.468.805	3.418.573	5.263.659	12.233.710

d) Gerenciamento de capital - A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. A tabela a seguir demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos	9.304.926	6.235.239
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.072.332)	(1.898.773)
(-) Aplicações financeiras	(491.720)	(296.824)
(-) Caixa restrito	(735.404)	(331.550)
A - Dívida líquida	7.005.470	3.708.092
B - Total do patrimônio líquido	(4.322.440)	(332.974)
C - (A + B) - Capital total	2.683.030	3.375.118

A Companhia permanece comprometida a manter a liquidez elevada e um perfil de amortização sem pressão de refinanciamento no curto prazo.

e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários nas variáveis de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto). As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantesapuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter efeito material sobre as estimativas apresentadas. Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial